



6° SIMULADO

Regular de Procuradorias

Simulado Regular de Procuradorias

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas nos concursos para Procuradorias;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Regular-de-Procuradorias-06-11-2021>

01 – A B C D E	21 – A B C D E	41 – A B C D E	61 – A B C D E	81 – A B C D E
02 – A B C D E	22 – A B C D E	42 – A B C D E	62 – A B C D E	82 – A B C D E
03 – A B C D E	23 – A B C D E	43 – A B C D E	63 – A B C D E	83 – A B C D E
04 – A B C D E	24 – A B C D E	44 – A B C D E	64 – A B C D E	84 – A B C D E
05 – A B C D E	25 – A B C D E	45 – A B C D E	65 – A B C D E	85 – A B C D E
06 – A B C D E	26 – A B C D E	46 – A B C D E	66 – A B C D E	86 – A B C D E
07 – A B C D E	27 – A B C D E	47 – A B C D E	67 – A B C D E	87 – A B C D E
08 – A B C D E	28 – A B C D E	48 – A B C D E	68 – A B C D E	88 – A B C D E
09 – A B C D E	29 – A B C D E	49 – A B C D E	69 – A B C D E	89 – A B C D E
10 – A B C D E	30 – A B C D E	50 – A B C D E	70 – A B C D E	90 – A B C D E
11 – A B C D E	31 – A B C D E	51 – A B C D E	71 – A B C D E	91 – A B C D E
12 – A B C D E	32 – A B C D E	52 – A B C D E	72 – A B C D E	92 – A B C D E
13 – A B C D E	33 – A B C D E	53 – A B C D E	73 – A B C D E	93 – A B C D E
14 – A B C D E	34 – A B C D E	54 – A B C D E	74 – A B C D E	94 – A B C D E
15 – A B C D E	35 – A B C D E	55 – A B C D E	75 – A B C D E	95 – A B C D E
16 – A B C D E	36 – A B C D E	56 – A B C D E	76 – A B C D E	96 – A B C D E
17 – A B C D E	37 – A B C D E	57 – A B C D E	77 – A B C D E	97 – A B C D E
18 – A B C D E	38 – A B C D E	58 – A B C D E	78 – A B C D E	98 – A B C D E
19 – A B C D E	39 – A B C D E	59 – A B C D E	79 – A B C D E	99 – A B C D E
20 – A B C D E	40 – A B C D E	60 – A B C D E	80 – A B C D E	100 – A B C D E

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

01. Em relação às Comissões Parlamentares de Inquéritos, assinale a opção correta.

- a) As CPIs, em regra, possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, pelo que podem requisitar cópias de ordens judiciais e dados obtidos em processo judicial, ainda que protegidos por sigilo.
- b) É vedado a instauração de CPI no âmbito dos Municípios.
- c) As CPIs instauradas nas câmaras municipais possuem poderes para requisitar informações aos órgãos da administração direta e indireta, bem como para requerer a apresentação de dados protegidos por sigilo bancário.
- d) As CPIs instauradas no Congresso Nacional têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, razão pela qual não podem ser submetidas ao controle jurisdicional.
- e) Às assembleias legislativas dos estados assegura-se a prerrogativa para a instauração de CPI com poderes para a solicitação de informações aos órgãos da administração direta e indireta e para requisição da apresentação de dados protegidos por sigilo bancário.

02. De acordo com a distribuição de competências prevista na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) A competência legislativa municipal é apurada conforme regra residual.
- b) São inconstitucionais leis municipais que disciplinem o tempo máximo de permanência em filas de bancos comerciais, uma vez que esse setor é regulado pela União.
- c) Aos municípios compete criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- d) Aos municípios compete explorar os serviços locais de gás canalizado.
- e) Os municípios não possuem competência suplementar.

03. Assinale a opção correta acerca do controle de constitucionalidade.

- a) A restrição da aplicabilidade de norma inconstitucional por meio de processo interpretativo também exige observância do princípio da reserva de plenário.
- b) Os órgãos fracionários dos tribunais de justiça estão autorizados a declarar a inconstitucionalidade de lei municipal sem observância da cláusula de reserva do plenário, em qualquer situação, pois que referida cláusula apenas se aplica em âmbito estadual ou federal.
- c) A cláusula de reserva de plenário deve ser observada, também, pelos órgãos do próprio STF.
- d) Decisão de órgão fracionário de tribunal que afasta a aplicação de norma sem declarar expressamente a sua inconstitucionalidade não viola a cláusula de reserva de plenário.
- e) Não é necessária a observância da cláusula de reserva de plenário para decretação da inconstitucionalidade de lei se existente precedente no mesmo sentido do plenário do STF.

04. A respeito do controle de constitucionalidade da legislação municipal, assinale a opção correta.

- a) É possível a realização do controle de constitucionalidade de lei municipal por tribunal estadual com base em normas constitucionais de reprodução obrigatória, ainda que omitidas na constituição estadual.
- b) Os tribunais estaduais, quando em análise abstrata de constitucionalidade de leis municipais, tem como parâmetro a ordem constitucional plena, composta pelas normas da constituição federal e estadual.
- c) Não se admite o controle de constitucionalidade da legislação distrital em face da Lei Orgânica do Distrito Federal.
- d) É possível levar norma municipal para análise pelo STF, por meio de procedimento de controle abstrato, através de ação direta.
- e) A Constituição não prevê a hipótese de controle concentrado de constitucionalidade da legislação municipal em face das Constituições estaduais.

05. Assinale a opção incorrecta no que se refere à organização dos municípios.

- a) As disposições sobre proibições e incompatibilidades fixadas para os membros da respectiva assembleia legislativa são aplicáveis aos vereadores dos municípios localizados no mesmo estado, o que não caracteriza violação da autonomia dos municípios.
- b) Os valores dos subsídios do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais serão fixados por lei de iniciativa do Poder Executivo.
- c) O número total de vereadores de cada município é proporcional ao seu número de habitantes.
- d) A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.
- e) Compete à justiça estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

06. Quanto ao mandado de segurança, assinale a opção correta.

- a) É possível o controle judicial do processo legislativo de competência da câmara municipal, uma vez verificada a inobservância de norma constitucional, por provocação do Prefeito.
- b) É cabível recurso ordinário, de competência do Superior Tribunal de Justiça, em face de decisão concessiva da segurança proferida pelo Tribunal Estadual.
- c) É cabível mandado de segurança, impetrado por deputado federal, para resguardar prerrogativa pertencente à Câmara dos Deputados violada em razão de irregularidade no processo legislativo, uma vez que os parlamentares exercem parcela de poder do próprio órgão que integram.
- d) Não é necessário autorização para a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos seus associados.
- e) É cabível mandado de segurança contra lei em tese.

07. Assinale a opção correta.

- a) O uso da analogia em matéria constitucional pode ser visto como imposição do princípio da isonomia.
- b) Segundo a doutrina, o silêncio eloquente representa a omissão do constituinte que, pretendendo deliberadamente contemplar determinada hipótese de fato, acabe excluindo-a, por defeito da redação do dispositivo constitucional.
- c) Não se admite a existência de normas constitucionais implícitas em Constituições formais e rígidas.
- d) Constituições analíticas, como a brasileira, não admitem a existência de lacuna de nenhuma espécie.
- e) O preâmbulo da CF/88, uma vez que carente de normatividade, não pode ser utilizado como vetor de interpretação.

08. No que toca ao Poder judiciário, marque a alternativa correta.

- a) Incorrerá em crime de responsabilidade e responderá perante o Conselho Nacional de Justiça o presidente do tribunal competente que retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios.
- b) A CF não veda aos juízes que se aposentarem ou forem exonerados o exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram.
- c) Advogado nomeado desembargador de um tribunal de justiça estadual adquire vitaliciedade imediatamente a partir dessa nomeação.
- d) O credor somente poderá ceder a terceiros, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios, de qualquer valor e natureza, após concordância do ente público devedor.
- e) Não é permitido aos juízes dedicar-se à atividade político-partidária, salvo se licenciados.

09. Conforme a CF/88, não é necessário prévia autorização judicial para:

- a) o ingresso, durante o dia, em casa de particular, sem o consentimento deste.
- b) a suspensão das atividades das associações.
- c) o cancelamento de permissão de serviço de radiodifusão sonora, antes de vencido o seu prazo.
- d) a perda da nacionalidade pelo brasileiro naturalizado em razão da aquisição de outra nacionalidade.
- e) a interceptação de comunicações telefônicas para fins de instrução processual penal.

10. Analise as alternativas a seguir com base na jurisprudência atual e marque a alternativa correta.

- a) É cabível mandado de segurança para impugnar ato normativo que fixa medidas restritivas para prevenir a disseminação da covid-19.
- b) É cabível a impetração de habeas corpus na hipótese de suspensão temporária do direito de visita presencial de genitor ao filho menor causada pela pandemia da covid-19.
- c) Não é cabível habeas corpus para impugnar ato normativo que fixa medidas restritivas para prevenir a disseminação da covid-19.
- d) O risco de contaminação pelo coronavírus (covid-19) em casa de acolhimento (abrigos) não é o suficiente para justificar a manutenção da criança com a família substituta.
- e) É cabível a impetração de habeas corpus na hipótese de suspensão temporária do direito de visita presencial de genitor ao filho menor causada pela pandemia da covid-19.

11. Analise as alternativas a seguir com base na jurisprudência atual e marque a alternativa correta.

- a) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pode impor limites às despesas de folha complementar do Ministério Público, ainda que este não tenha podido contribuir para a elaboração do diploma normativo.
- b) É constitucional a vedação de continuidade da percepção de aposentadoria especial se o beneficiário permanece laborando em atividade especial ou a ela

retorna, seja essa atividade especial aquela que ensejou a aposentação precoce ou não.

c) É válida a determinação de cassar o benefício previdenciário do aposentado especial da área de saúde que estiver trabalhando diretamente no combate à covid-19 ou atendendo pessoas atingidas pela doença em hospitais ou instituições congêneres, públicos ou privados.

d) É inconstitucional a instituição de programa de estágio de pós-graduação por Procuradorias Estaduais, por representar via transversa de contratação de servidores públicos em caráter temporário.

e) É inconstitucional a instituição de programa de estágio de pós-graduação por Procuradorias Estaduais, por violar o princípio da eficiência.

12. Analise as alternativas a seguir com base na jurisprudência atual e marque a alternativa correta.

a) Configura ofensa ao princípio da presunção de inocência impedir que uma pessoa investigada em inquérito policial ou que responda a ação penal em andamento realize matrícula e participe de curso de reciclagem de vigilantes.

b) É constitucional a norma do Estado que autoriza a utilização de 70% do saldo da conta única de depósitos judiciais, ainda que decorrentes de processos em que o estado não seja parte.

c) É constitucional lei que, ao criar cargos de provimento em comissão, reserve 15% das vagas para preenchimento por servidores públicos e permita a livre nomeação para preenchimento dos restantes.

d) É constitucional a norma estadual que estabelece a idade mínima de 21 anos e a máxima de 65 anos para ingresso na magistratura regional.

e) São constitucionais normas das Constituições Estaduais que proibam ou restrinjam a construção de usinas e depósitos nucleares nos territórios estaduais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

13. Em relação aos princípios constitucionais da Administração Pública, é incorreto afirmar:

- a) A divulgação de atos e iniciativas de parlamentares viola o princípio constitucional da impensoalidade quando ausente a finalidade exclusiva de informar, educar ou orientar.
- b) É inconstitucional a interpretação de disposições legais que viabilizem a promoção a cargo de nível superior a servidores que ingressaram por concurso público para cargo de nível médio.
- c) São constitucionais restrições ao exercício da advocacia aos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- d) É inconstitucional lei estadual que estabeleça prazo decadencial de 10 (dez) anos para anulação de atos administrativos reputados inválidos pela Administração Pública estadual.
- e) O legislador federal não pode impedir a cobrança de preço público por outros entes federativos pelo uso de faixas de domínio de rodovias.

14. Verificou-se que as despesas com pessoal do ente federativo ultrapassaram os limites especificados em Lei Complementar. Após uma redução de 20% (vinte por cento) nas despesas relacionadas a cargos em comissão e funções de confiança, o ente pretende exonerar servidores efetivos. Nesse sentido, foi editado ato normativo motivado de cada um dos Poderes com a especificação da atividade funcional, do órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

Nos termos do regime constitucional dos servidores públicos e considerando o caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- a) os servidores efetivos não podem perder seus cargos nesse caso.
- b) não há ordem de prioridade entre servidores estáveis e não estáveis, gozando todos das mesmas garantias constitucionais contra perda do cargo em razão de excesso de despesa com pessoal.
- c) Entre os servidores efetivos, inicialmente deverão ser dispensados aqueles que não prestaram concurso público e, se tal medida não for suficiente, poderão ser

dispensados os servidores não estáveis e, por fim, os servidores estáveis que prestaram concurso público.

d) Entre os servidores efetivos, inicialmente deverão ser dispensados os não estáveis, se tal medida não for suficiente, poderão ser dispensados os servidores efetivos que não prestaram concurso público e, por fim, os servidores estáveis que prestaram concurso público.

e) Entre os servidores efetivos, inicialmente deverão ser dispensados os servidores não estáveis e, se tal medida não for suficiente, poderão ser dispensados servidores estáveis que não prestaram concurso público e, por fim, os servidores estáveis que prestaram concurso público, sem ordem de preferência entre essas duas situações.

15. Suponha-se que um Estado pretenda criar entidade de sua administração indireta para prestar serviços de saneamento básico. Essa entidade deve ter regime jurídico de direito privado, caracterizado pela participação, em seu patrimônio, do Estado, de alguns municípios e de entidades da administração indireta dos citados entes federativos.

Como Procurador de Estado, o gestor deseja um parecer acerca da pretensão acima descrita. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) a pretensão é juridicamente inviável considerando o previsto na Constituição Federal.
- b) poderá ser criada uma associação pública.
- c) poderá ser criada uma empresa pública.
- d) poderá ser criado um órgão interfederativo.
- e) a pretensão é juridicamente inviável considerando o previsto na legislação federal.

16. Com base nas disposições vigentes da Lei 8.429/92, sobre Improbidade Administrativa, assinale a opção correta.

a) A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada.

b) Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

c) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

d) A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

e) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

17. Sobre Serviços Públicos, nos termos da Lei 8.987/95, assinale a alternativa correta.

a) A outorga de concessão ou permissão não tem caráter de exclusividade, salvo em caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada após a abertura do processo licitatório.

b) A concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

c) Para garantir contratos de mútuo de longo prazo, as concessionárias poderão ceder a mutuantes, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais futuros. Nesse caso, o contrato de cessão disporá sobre a devolução à concessionária dos recursos excedentes, sendo vedada a retenção do saldo até o adimplemento integral do contrato.

d) A interrupção do serviço por inadimplemento do usuário não poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.

e) Nas condições estabelecidas no contrato de concessão, o poder concedente autorizará a assunção do controle ou da administração temporária da concessionária por seus financiadores e garantidores para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços. Nessa hipótese, é vedado qualquer vínculo societário entre a concessionária e seus financiadores e/ou garantidores.

18. No que diz respeito aos Poderes Administrativos, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

I - O poder regulamentar, que visa proporcionar o fiel cumprimento das leis, não se confunde com o chamado poder regulador, conferido ao Conselho Nacional do Ministério Público, para disciplinar as atividades funcionais dos membros do Ministério Público, visando ao cumprimento aos princípios constitucionais da moralidade, eficiência, publicidade, razoabilidade e proporcionalidade.

II – Por decorrência do poder hierárquico da Administração Pública, surge o instituto da delegação de competências. Nessa hipótese, poderão ser delegados, dentre outros, atos decorrentes de competência concorrente de órgão ou entidade, edição de atos de nomeação de servidores, aplicação de pena disciplinar a servidor e homologação de procedimentos licitatórios.

III – No ciclo de polícia, as únicas fases que, necessariamente, estarão presentes em todos os ciclos são as de ordem e de fiscalização de polícia.

Estão corretos:

a) I e III, somente.

b) I e II, somente.

c) II e III, somente.

d) II, somente.

e) I, II e III.

19. Considerando o regramento da Lei nº 14.133/2021 sobre licitações, é correto afirmar que

- a) é permitida a tramitação prioritária dos processos judiciais em que se discute a aplicação das normas acerca da licitação ou dos contratos administrativos, salvo no que tange aos processos sobre licitações da modalidade convite.
- b) um dos objetivos do processo licitatório é a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- c) as contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior obedecerão às peculiaridades locais e aos princípios básicos estabelecidos na nova lei, na forma de regulamentação específica a ser editada por Ministro de Estado.
- d) estão subordinados ao regime da nova lei, os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.
- e) a partir da publicação da nova norma, todos os dispositivos da lei 8.666/1993 permanecem em vigor, somente ocorrendo a sua revogação após decorridos 02 (dois) anos da publicação oficial da novel lei.

20. Sobre a duração dos contratos administrativos, nos termos da Lei 14.133/2021, assinale a alternativa correta

- a) A legislação estabelece prazos de até 10 anos e de até 35 anos para as contratações que gerem receita e para os contratos de eficiência que gerem economia para a Administração.
- b) Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos terão vigência máxima decenal, admitida uma única prorrogação dentro deste prazo.
- c) Nos contratos por escopo, o prazo de vigência deverá ser prorrogado de forma expressa, quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- d) Os contratos de aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática tem prazo de duração de 48 (quarenta e oito) meses.
- e) Nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 72 (setenta e dois) meses.

21. Nos termos do Decreto 7.508/2011, que regulamenta a Lei 8.080/1990, para dispor sobre a organização do SUS, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica não pressupõe:

- a) a assistência do usuário por ações e serviços de saúde do SUS.
- b) a prescrição do medicamento ter sido realizada por profissional de saúde, no exercício regular de suas funções no SUS.
- c) a prescrição do medicamento estar em conformidade com a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas ou com a relação específica complementar estadual, distrital ou municipal de medicamentos.
- d) a identificação das necessidades locais e regionais do SUS.
- e) a dispensação do medicamento ter ocorrido em unidades indicadas pela direção do SUS.

22. Acerca da legitimação de posse prevista na Lei 6.383/1976, é correto afirmar que:

- a) O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até 50 (cinquenta) hectares, desde que não seja proprietário de imóvel rural e comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.
- b) A legitimação da posse no fornecimento de uma Licença de Ocupação, pelo prazo mínimo de mais 4 (quatro) anos, findo o qual o ocupante terá a preferência para aquisição do lote, pelo valor histórico da terra nua, satisfeitos os requisitos de morada permanente e cultura efetiva e comprovada a sua capacidade para desenvolver a área ocupada.
- c) A Licença de Ocupação é intransferível e inegociável, não podendo ser objeto de penhora e arresto.
- d) Aos portadores de Licenças de Ocupação, concedidas na forma da legislação anterior, será assegurada a preferência para aquisição de área até 25 (vinte e cinco) hectares e, o que exceder esse limite, pelo valor atual da terra nua.
- e) No caso de inadimplência do ocupante e retomada da área pelo poder público, as benfeitorias existentes serão indenizadas pela importância fixada através de avaliação administrativa, desconsiderados os valores declarados para fins de cadastro.

23. Sobre a Intervenção do Estado na Propriedade, assinale a alternativa correta.

- a) O promissário comprador do imóvel não tem direito de receber a indenização no caso deste imóvel ter sofrido desapropriação indireta, se a promessa não estiver registrada no Cartório de Registro de Imóveis.
- b) Reconhecida a incidência do princípio da boa-fé objetiva em ação de desapropriação indireta, se a aquisição do bem ou de direitos sobre ele ocorrer quando já existente restrição administrativa, fica subentendido que tal ônus foi considerado na fixação do preço.
- c) As limitações administrativas, mesmo que impunham restrições de uso ao imóvel, não geram o dever de indenizar, pois não reduzem o valor econômico do bem.
- d) É decenal o lapso temporal máximo de pretensões acerca da indenização por limitações administrativas.
- e) Excluída a hipótese de servidão administrativa, a imissão antecipada da posse no imóvel pode ser concedida antes mesmo da citação do réu, desde que demonstrada a utilidade pública, a urgência da medida e o depósito do valor ofertado, que deve ser proporcional ao prejuízo que imporá ao bem.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

25. Assinale a alternativa incorreta

- a) É da essência das taxas ser uma exação vinculada;
- b) Serviço público específico (*uti singuli*) é aquele que é usufruído individualmente por cada um dos seus usuários;
- c) O serviço público será específico quando for possível a identificação de cada um dos contribuintes que foram beneficiados pela sua prestação;
- d) Segundo o STF, o serviço de segurança pública pode ser custeado por meio de taxa;
- e) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o pedágio é considerado tarifa

26. Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o Código Tributário Nacional, tributo é toda prestação pecuniária, ou in natura que se possa exprimir em moeda, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada;
- b) Há incidência de IPTU sobre imóvel localizado em zona urbana, mesmo quando comprovadamente seja utilizado para exploração agrícola.
- c) Para o Superior Tribunal de Justiça, a compensação de créditos tributários não pode ser deferida por medida liminar
- d) Para o Supremo Tribunal Federal o fornecimento de água tratada à população por empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas caracteriza uma operação de circulação de mercadoria;
- e) Em razão das taxas se orientarem por um critério de contraprestação pelo serviço público prestado ou colocado à disposição, o Supremo Tribunal Federal entendeu que não é possível haver influência do princípio da capacidade contributiva do sujeito passivo nesses casos já que o tributo serve para custear aquele serviço público, sendo irrelevante a capacidade contributiva do sujeito passivo desta relação tributária.

27. Assinale a alternativa correta

- a) Para o Supremo Tribunal Federal é possível o pagamento de tributo *in natura* ou *in labore* desde que seja possível exprimir seu valor em moeda;
- b) Os tributos em regra possuem natureza fiscal e, excepcionalmente, pode possuir natureza punitiva;
- c) Nosso sistema jurídico tributário, sendo entendimento do Supremo Tribunal Federal, adotou o princípio do *non olet*;
- d) A cobrança tributária deverá sempre acontecer de maneira discricionária;
- e) Para o STF o princípio da capacidade contributiva não se estende às taxas e aos impostos reais;

28. De acordo com o direito tributário constitucional, pertencem aos municípios

- a) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;
- b) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- c) 35% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- d) 25% do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;
- e) 35% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

29. Analise as assertivas seguintes sobre tributos, suas espécies e os princípios constitucionais tributários.

- I. as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, mas vão incidir sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
- II. o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros, ou relativas a títulos ou valores mobiliários não incide sobre os saques efetuados em cadernetas de poupança.
- III. sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- IV. é inadmissível a União conceder incentivos fiscais que não sejam uniformes em todo o território nacional, ainda que destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

Está correto apenas o que se afirma nos itens:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I, II e IV
- d) I, III e IV
- e) I, II e III

30. A contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública pode ser instituída

- a) por Estados, Municípios e Distrito Federal;
- b) como imposto adicional na fatura de consumo de energia elétrica;
- c) mediante a utilização de elemento próprio da mesma base de cálculo de imposto;
- d) somente por Lei Complementar;
- e) para cobrir despesas de iluminação dos edifícios públicos próprios.

31. Está correto dizer:

- a) Cabe à Constituição Federal a definição dos tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos, a definição dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;
- b) Somente lei complementar estadual pode dispor sobre conflitos de competência tributária entre os Estados;
- c) Os Estados podem instituir contribuição de intervenção no domínio econômico, desde que relacionada com uma atividade estatal desenvolvida nos seus respectivos territórios;
- d) O Poder Executivo Federal pode alterar a alíquota do imposto sobre a importação de produtos estrangeiros, por meio de decreto, desde que atendidas as condições e os limites previstos em lei;
- e) Todas as alternativas são falsas.

32. Considerando-se as limitações ao poder de tributar previstas no texto constitucional, é juridicamente admissível que um ente público estadual institua a cobrança de:

- a) ICMS incidente sobre a comercialização de jornais impressos;
- b) ICMS com alíquotas diferenciadas em razão da ocupação profissional do contribuinte;
- c) taxa referente a um serviço prestado à União;
- d) taxa a ser cobrada no mesmo exercício financeiro em que for publicada a lei que a instituir;
- e) IPVA incidente sobre veículos terrestres pertencentes ao poder público municipal e utilizados para transportar autoridades.

33. Está correto dizer:

- a) A lei pode autorizar que a autoridade administrativa conceda, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário objetivando a terminação de litígio e consequente exclusão do crédito correspondente
- b) responsabilidade dos pais pelos tributos devidos por seus filhos menores é de caráter pessoal;
- c) competência tributária está inserida no âmbito da competência legislativa plena;
- d) isenção, que é sempre decorrente de lei, não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares, por ofensa ao princípio da isonomia;
- e) o objeto da obrigação principal é o pagamento do tributo, enquanto que o da acessória é o pagamento da penalidade pecuniária

34. Assinale a alternativa verdadeira:

- a) O prazo decadencial entre o lançamento tributário provisório e o lançamento tributário definitivo é de 5 (cinco) anos.
- b) O parcelamento do débito tributário interrompe a prescrição a partir do pagamento da primeira parcela.
- c) Segundo o CTN, o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
- d) A Constituição Federal veda o tributo com efeito de confisco, vedação esta que não se aplica às multas já que multa não é tributo conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.
- e) Não pode incidir ICMS sobre fonogramas musicais produzidos no Brasil. Todavia, não há óbice para incidência de ISS sobre videogramas musicais produzidos no Brasil.

35. Assinale a alternativa verdadeira:

- a) De acordo com a praxe tributária, a responsabilidade pelo pagamento de tributo decorrente da venda de sucata por cooperativa de sucateiros não recai para os sucateiros que cometem o fato gerador da exação para sim para o sujeito que está mais à frente na relação comercial, ou seja, a indústria que comprou a sucata.

Neste fato temos a figura conhecida na doutrina como responsabilidade por substituição para trás ou regressiva.

- b) Na importação de mercadorias para o exterior, o fato gerador do ICMS ocorre no momento em que a mercadoria é embarcada para o exterior.
- c) Para o STJ o locatário possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado nem para repetir indébito desses tributos.
- d) No campo da classificação dos tributos apresentado pela doutrina, é possível dizer que taxa é um tributo restituível.
- e) Se a pessoa natural não escolher seu domicílio tributário, será considerado como tanto o centro habitual de sua atividade, ou, sendo este incerto ou desconhecido, sua residência habitual.

36. De acordo com os dispositivos do CTN, julgue os itens abaixo:

- I. Uma criança de oito anos é absolutamente incapaz, tanto do ponto de vista civil, como no âmbito tributário.
- II. Desde que não haja lei em sentido contrário, o contrato de locação feito entre o proprietário do imóvel (contribuinte do IPTU) e o locatário, no sentido de ser este o responsável pelo pagamento do IPTU, excluindo a responsabilidade daquele, é válido entre as partes, porém é ineficaz em relação à Fazenda Pública Municipal.
- III. Na solidariedade tributária deve-se observar uma ordem sequencial na execução fiscal, cobrando-se primeiro de um devedor para só depois, no caso de insucesso do recebimento, cobrar-se do segundo devedor, e assim sucessivamente. Está(ão) correto(s):
 - a. Apenas o item I.
 - b. Apenas o item II.
 - c. Apenas o item III.
 - d. Os itens I e II.
 - e. Os itens II e III.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Josias Barcelos**

37. Acerca da tutela de evidência, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se hipótese de tutela de evidência, expressamente no CPC, quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de compra e venda, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.
- b) A tutela de evidência é cabível na hipótese de tutela antecipada requerida em caráter antecedente.
- c) É cabível medida liminar em tutela de evidência, embora não sejam para todas as hipóteses prescritas no CPC.
- d) O abuso do direito de defesa deve ser observado em todas as hipóteses da tutela de evidência.
- e) É cabível a tutela de evidência independentemente da demonstração de perigo de dano, porém, em casos excepcionais, pode ser concedida para assegurar o risco ao resultado útil do processo.

38. Considere as assertivas a seguir sobre a improbidade administrativa, ação civil pública e mandado de segurança.

- I. A teoria da encampação foi considerada constitucional pelo STF.
 - II. A indisponibilidade de bens, na ação de improbidade administrativa, pode ser presumida somente quando houver atos ímparobos que causam prejuízo ao erário, segundo o STJ.
 - III. É admitida a declaração de constitucionalidade como pedido principal da ação civil pública.
 - IV. O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- É correto o que se afirma APENAS em
- a) II e IV.
 - b) II e III.
 - c) III e IV.
 - d) I e IV.
 - e) IV.

39. Segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre a reclamação.

- a) É inadmissível a reclamação proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, ainda que esgotadas as instâncias ordinárias.
- b) Caso o beneficiário da decisão impugnada tenha interesse atuará como *amicus curiae*.
- c) Inadmissível após o trânsito em julgado da decisão impugnada.
- d) Ao despachar a reclamação, o relator citará a autoridade a quem for imputada a prática do ato impugnado.
- e) Caberá reclamação para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas, porém, somente dos Tribunais Superiores.

40. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, a decisão que rejeitar questões preliminares suscitadas pelo réu em sua contestação

- a) é irrecorrível.
- b) desafia recurso de apelação, no prazo de quinze dias.
- c) desafia recurso de agravo de instrumento, no prazo de dez dias.
- d) desafia recurso de apelação, no prazo de dez dias.
- e) desafia recurso de agravo de instrumento, no prazo de quinze dias.

41. O Juizado Especial da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/09) é competente, observado o limite de 60 (sessenta) salários-mínimos, para julgar

- a) ação de mandado de segurança.
- b) ação de desapropriação.
- c) ação em que contribuinte questione a validade do lançamento de crédito tributário estadual.
- d) ações de divisão e demarcação.
- e) ações de improbidade administrativa.

42. Sobre a remessa necessária, não se aplica quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a:

- a) 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público.
- b) 300 (trezentos) salários-mínimos para os Municípios, exceto as capitais dos Estados, e respectivas autarquias e fundações de direito público.
- c) 100 (cem) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados.
- d) 500 (quinhentos) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público.
- e) 60 (sessenta) salários-mínimos para os Municípios, exceto as capitais dos Estados, e respectivas autarquias e fundações de direito público.

43. A regulamentação da prática e a comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico, bem como velar pela compatibilidade dos sistemas, compete

- a) aos Tribunais e, supletivamente, ao Conselho Nacional de Justiça.
- b) ao Conselho Nacional de Justiça e, supletivamente, aos tribunais.
- c) ao Conselho de Justiça Federal e, supletivamente, aos tribunais.
- d) aos Tribunais e, supletivamente, ao Conselho de Justiça Federal.
- e) Somente aos tribunais.

44. Assinale a alternativa que traz uma causa de extinção do processo sem resolução do mérito.

- a) por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 90 (noventa) dias.
- b) homologar o reconhecimento do pedido formulado na ação.
- c) reconhecer a existência de conexão ou continência.
- d) acolher ou rejeitar o pedido formulado em reconvenção.
- e) quando o juiz arbitral reconhecer sua competência.

45. Assinale a alternativa correta sobre capacidade processual.

- a) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz extinguirá imediatamente o processo.
- b) Serão representados em juízo, ativa e passivamente, o Estado e o Distrito Federal, por seu governador ou procurador.
- c) A Assembleia Legislativa possui personalidade jurídica, porém somente pode demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- d) Os Estados e o Distrito Federal poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias
- e) Serão representados em juízo, ativa e passivamente, a sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa nomeada por assembleia, desde que comprovada em juízo.

46. A respeito da perícia, é correto afirmar que

- a) O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, desde que haja termo de compromisso.
- b) Quando a perícia for inconclusiva ou deficiente, o juiz não poderá reduzir a remuneração inicialmente arbitrada para o trabalho.
- c) O perito não pode ser substituído, mesmo quando faltar-lhe conhecimento técnico.
- d) Os assistentes técnicos são de confiança da parte e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição.
- e) O juiz não poderá dispensar prova pericial mesmo quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem, sobre as questões de fato, pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.

47. Sobre a intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta.

- a) O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes, mas não se sujeita aos mesmos ônus processuais que o assistido.
- b) O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- c) A assistência será admitida em qualquer procedimento e no primeiro grau de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.
- d) Feita a denunciação pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante, vedado acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.
- e) É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes àquele que estiver obrigado, apenas por lei, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.

48. Considere as assertivas a seguir sobre os incidentes de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência.

- I. Segundo o CPC, não haverá remessa necessária se a sentença estiver fundada entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
- II. Nos dois incidentes, o elemento comum é a repetição de múltiplos processos.
- III. O acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os juízes, órgãos fracionários e toda a administração pública.
- IV. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) II e IV.
- e) I e IV.

ASPECTOS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL APLICADOS À FAZENDA PÚBLICA

Igor Maciel

49. Acerca da Ação Civil Pública, assinale a alternativa correta:

- a) Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, inclusive se a discussão tributária figurar como causa de pedir.
- b) A presença do Ministério Público Federal no polo ativo da demanda, não determina, por si só, a competência da Justiça Federal.
- c) As ações civis públicas serão propostas no foro do domicílio do denunciante, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
- d) O Ministério Público tem legitimidade para o manejo de ação civil pública para discutir direitos individuais homogêneos, salvo os de ordem previdenciária.
- e) Conselho de Fiscalização Profissional pode ajuizar ação civil pública.

50. Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores e as disposições da Lei 12.153/2009:

- a) Não é cabível reclamação, tampouco pedido de uniformização de jurisprudência ao STJ contra acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial da Fazenda Pública sob a alegação de que a decisão impugnada diverge de orientação fixada em precedentes do STJ.
- b) Não caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.
- c) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública têm competência para o julgamento de ações decorrentes de acidente de trabalho em que o INSS figure como parte.
- d) Não é da competência dos Juizados Especiais Federais e dos Juizados Especiais da Fazenda Pública a defesa de direitos ou interesses difusos e coletivos exercida por meio de ações propostas individualmente pelos seus titulares ou substitutos processuais.
- e) Serão remetidas aos Juizados Especiais da Fazenda Pública as demandas ajuizadas antes da data de sua instalação.

51. No tocante ao Habeas Data, assinale a alternativa incorreta:

- a) Quando o habeas data for concedido e o Presidente do Tribunal ao qual competir o conhecimento do recurso ordenar ao juiz a suspensão da execução da sentença, desse seu ato caberá agravo para o Tribunal a que presida.
- b) O julgamento do habeas data compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal, contra atos do Procurador Geral da República.
- c) A petição inicial deverá ser instruída com prova, dentre outras, da recusa ao acesso às informações ou do decurso de mais de dez dias sem decisão.
- d) O requerimento será apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de setenta e duas horas.
- e) Os processos de habeas data terão prioridade sobre todos os atos judiciais, exceto habeas-corpus e mandado de segurança. Na instância superior, deverão ser levados a julgamento na primeira sessão que se seguir à data em que, feita a distribuição, forem conclusos ao relator.

52. De acordo com os entendimentos sumulados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.
- b) O Mandado de Segurança não é substitutivo de ação de cobrança.
- c) Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados, obrigatoriamente, pela via judicial.
- d) É cabível ação monitória contra a Fazenda Pública.
- e) É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

53. Sobre a Ação Popular, assinale a alternativa de correta, levando em consideração as disposições da Lei 4.717/65 e a jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores:

- a) A Fazenda Pública tem legitimidade para propor ação popular.
- b) Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município.
- c) O Ministério Público não pode ocupar o polo ativo da demanda de ação popular.
- d) O Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, podendo assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.
- e) É facultado a qualquer cidadão, desde que brasileiro nato, habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.

54. Acerca da Desapropriação, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- () A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tornará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.
- () O expropriante tem o prazo de 5 anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.
- () Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.
- a) V, V, V
- b) F, V, V
- c) V, F, F
- d) V, F, V
- e) F, F, V

55. Sobre os Juizados Especiais Federais, é correto afirmar, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores e as disposições da Lei 10.259/2001, que:

- a) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de quarenta salários-mínimos, bem como executar as suas sentenças.
- b) Nas causas julgadas pelos juizados especiais federais haverá reexame necessário.
- c) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.
- d) Caberá recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais
- e) O Juiz poderá, desde que a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

56. Acerca do regime constitucional de precatórios, assinale a alternativa incorreta, de acordo com os entendimentos jurisprudenciais dominantes e com o disposto na Constituição Federal:

- a) A execução de débito de Conselho de Fiscalização não se submete ao sistema de precatório.
- b) Não se aplica o regime de precatório para as Caixas Escolares ou Unidades Descentralizadas de Educação (UDEs).
- c) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos goza do regime constitucional de precatórios.
- d) Não se submetem ao regime de precatório as empresas públicas dotadas de personalidade jurídica de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa que exerçam atividade econômica sem monopólio e com finalidade de lucro.
- e) O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Congresso Nacional.

57. Acerca da improbidade administrativa, julgue as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I – O agente público que adquirir, para si ou para outrem, no exercício da função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do seu patrimônio, praticará ato de improbidade administrativa que importa lesão ao erário.
- II – O agente que permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente, praticará ato de improbidade administrativa que causa enriquecimento ilícito.
- III – A tortura de preso custodiado em delegacia praticada por policial constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- IV – O estagiário que atua no serviço público, ainda que transitoriamente, remunerado ou não, se enquadraria no conceito legal de agente público para fins de responsabilização por improbidade administrativa.

Estão corretas:

- a) I, somente.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) III e IV.
- e) II, III e IV.

58. Em relação ao Mandado de Segurança, assinale abaixo a alternativa correta:

- a) É competente, originariamente, o Superior Tribunal de Justiça, para mandado de segurança contra ato do Tribunal de Contas da União.
- b) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública não possuem competência para processar e julgar mandados de segurança.
- c) Em recurso ordinário em mandado de segurança, o exercício de juízo de admissibilidade por tribunais federais e estaduais não caracteriza usurpação de competência do Superior Tribunal de Justiça, sendo cabível reclamação.
- d) Denegado o Mandado de Segurança pela sentença, ou no julgamento do agravo, dela interposto, fica sem efeito a liminar concedida, porém não retroagem os efeitos da decisão contrária.
- e) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.

59. Acerca da Execução contra a Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de obrigação de fazer, é possível a execução provisória contra a Fazenda Pública.
- b) A multa de 10% que incide em caso de não ocorrer pagamento voluntário dentro do prazo, prevista no § 1º do art. 523, CPC, aplica-se à Fazenda Pública.
- c) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 15 dias.
- d) Havendo pluralidade de exequentes, estes deverão apresentar demonstrativo conjunto, discriminado e atualizado.
- e) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por cargo, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir, entre outros, a ilegitimidade de parte.

60. No tocante à execução fiscal, assinale a alternativa correta:

- a) Na execução fiscal, a intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita via edital.
- b) São admissíveis embargos do executado, ainda que não garantida a execução.
- c) A preferência da União em relação a Estados, Municípios e Distrito Federal na cobrança judicial de créditos da dívida ativa não é compatível com a Constituição Federal de 1988.
- d) O juiz, se requerido pelas partes, deverá ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.
- e) Na execução por carta, os embargos do executado serão oferecidos no Juízo deprecante, que os remeterá ao Juízo deprecado, para instrução e julgamento

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. Em se tratando das disposições acerca do parcelamento do solo urbano, a Lei 6.766/1979 admite o parcelamento do solo para fins urbanos:

- a) em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;
- b) em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção;
- c) em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;
- d) em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal;
- e) em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados.

62. Sobre as disposições do Código Civil de 2002 acerca do condomínio, é correto afirmar que:

- a) As partes ideais presumem-se proporcionais à cota de cada condômino.
- b) O condômino que causar danos à coisa responde aos outros por ele, da mesma forma que responde pelos frutos que recolheu.
- c) As despesas referentes à conservação ou divisão da coisa obrigam igualmente todos os condôminos, não devendo, portanto, ser levada em consideração a proporção da parte de cada condômino.
- d) Em nenhuma hipótese poderá o condômino eximir-se do pagamento das despesas e dívidas.
- e) É expressamente vedado pelo Código Civil que seja eleito, como administrador, pessoa estranha ao condomínio.

63. Diego, famoso *youtuber*, ao sair para gravar um vídeo em um bosque, esqueceu de recolher uma de suas câmeras cujo valor é de R\$ 10.000,00. Percebendo a falta do equipamento, anunciou em todas as suas redes sociais que aquele que encontrasse a câmera receberia recompensa equivalente a 30% do valor do objeto. De acordo com as disposições do Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) Caso Diego se recorde de onde tenha deixado a câmera antes de alguém encontrá-la, poderá revogar a promessa de recompensa, porém, desde que o faça por meio de gravação em vídeo, o qual deverá ser postado em pelo menos uma de suas redes sociais.
- b) Caso vários indivíduos se mobilizem para encontrar a câmera, todos deverão dividir a recompensa.
- c) Caso Diego se arrependa de oferecer valor tão elevado pela busca de sua câmera, poderá negociar com a parte que encontrá-la a redução da porcentagem da recompensa.
- d) À pessoa que encontrar a câmera é resguardado o direito de exigir a recompensa, ainda que tenha feito a busca de maneira desinteressada no valor oferecido.
- e) Aquele que tenha feito despesas para encontrar a câmera, ainda que de boa-fé, não tem direito à restituição, uma vez que sabia do risco de não a encontrar.

64. Em se tratando do regime de bens entre cônjuges e companheiros, segundo entendimento do STJ e de acordo com as disposições do Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) O prêmio de loteria, recebido por ex-companheiro sexagenário, durante a relação de união estável, deve ser objeto de meação entre o casal.
- b) A fim de preservar a liberdade individual das partes, o Código Civil de 2002 permite que os cônjuges alterem o regime de bens do casamento no respectivo cartório.
- c) Em observação ao princípio da não discriminação da pessoa idosa, aquele que contar com mais de 70 anos não tem qualquer restrição quanto à estipulação do regime de bens.
- d) O cônjuge casado sob o regime de comunhão universal pode livremente prestar aval ou fiança, uma vez que tais obrigações podem ser contraídas independentemente da outorga conjugal.
- e) O pacto antenupcial dá-se por escritura pública ou particular e sua eficácia fica condicionada à concretização do casamento, de maneira que, não ocorrendo o matrimônio, é nulo o pacto estipulado entre os nubentes.

65. Sobre a responsabilidade da transportadora, segundo o entendimento do STJ e de acordo com as disposições do Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) A transportadora é sempre responsável pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens. Por essa razão, é lícito ao transportador exigir a declaração do valor da bagagem a fim de fixar limite de indenização.
- b) O transporte feito por amizade ou cortesia também sujeita a transportadora ao dever de indenizar em caso de dano, uma vez que deve prevalecer a proteção à integridade da pessoa do passageiro.
- c) A responsabilidade do transportador pela coisa começa quando fica pactuado o transporte e se encerra quando entregue ao destinatário, ou depositada em juízo, se aquele não for encontrado.
- d) A transportadora permanece obrigada à reparação por dano moral sem a possibilidade de diminuição do valor da indenização, ainda que haja demora na busca da compensação, quando esta for justificada pela interrupção prescricional da pretensão dos autores que, à época do acidente, eram absolutamente incapazes.
- e) A desídia sempre influencia a fixação do dano moral causado pela transportadora, pois, conforme entendimento do STJ, o dano moral é medido conforme a dor do ofendido, logo, o decurso do tempo é capaz de amenizar essa dor a ponto de que, para fins de reparação, não se deve mais o equivalente ao momento do evento danoso.

66. Caio é pai de Jonas. Este, quando contava com 13 anos, ingressou com ação de alimentos em face de seu pai, representado por sua mãe. Caio quitou corretamente a pensão alimentícia do filho, até os 15 anos do menor, porém, a partir desse momento, nunca mais pagou qualquer parcela, pois acreditava que não tinha mais tal obrigação. Ocorre, porém que nem Jonas, nem sua mãe reclamaram as parcelas atrasadas. Ao completar 20 anos, Jonas resolveu, então, ingressar com ação judicial afim de requerer todas as prestações vencidas e não pagas. Com base nas disposições do Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) Jonas não mais poderá requerer as parcelas vencidas, uma vez que tal pretensão se encontra prescrita.
- b) Jonas não mais poderá requerer as parcelas vencidas por haver atingido a maioridade.
- c) Jonas poderá requerer apenas as prestações do último ano, pois todas as outras já se encontram prescritas.
- d) Jonas não possui qualquer direito quanto às parcelas vencidas, pois se não requeridas logo após o vencimento, o alimentante perde o direito de pleiteá-las.
- e) Jonas poderá requerer apenas as parcelas referentes aos dois últimos anos, pois a pretensão para haver prestações alimentares prescreve em dois anos.

67. Em se tratando do contrato de seguro, segundo entendimento do STJ e de acordo com as disposições do Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) Nos contratos de seguro regidos pelo Código Civil, a correção monetária sobre a indenização securitária incide apenas no momento do pagamento, não podendo, portanto, ser contabilizado a partir do momento da contratação.
- b) Os casos de embriaguez, assim como o suicídio, eximem a seguradora do pagamento da indenização.
- c) Ausente a comunicação prévia do segurado acerca do atraso no pagamento do prêmio, a indenização não mais é devida.
- d) O suicídio ocorrido nos dois primeiros anos de vigência do contrato de seguro de vida não é coberto pela seguradora, porém, ao segurado é resguardado o direito à devolução do montante da reserva técnica formada.
- e) A transferência de veículo sem prévia comunicação é, em regra, razão para a seguradora se eximir do dever de indenizar.

68. O sítio de Dirce é separado do sítio de Leda por um rio que, em um dia de muita chuva, deslocou violentamente uma porção de terra da propriedade de Leda para a de Dirce. Consequentemente, o sítio desta aumentou em alguns metros, enquanto o da vizinha diminuiu proporcionalmente. Diante da situação narrada e de acordo com as disposições do Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) O que ocorreu foi o fenômeno da aluvião, por isso, Dirce não deve qualquer indenização à sua vizinha.
- b) Em decorrência do fenômeno da aluvião, Dirce ficará obrigada a indenizar sua vizinha pela faixa de terra que foi incorporada à sua propriedade.
- c) O que ocorreu foi o fenômeno da avulsão. Em decorrência disso, ficará Dirce obrigada a indenizar sua vizinha. Caso Leda não reclame tal indenização no prazo de cinco anos, Dirce fica isenta do pagamento da mesma.
- d) O que ocorreu foi o fenômeno da avulsão, por isso, Dirce não deve qualquer indenização à sua vizinha.
- e) Em razão da avulsão, Dirce ficará obrigada a indenizar sua vizinha pelas terras juntadas à sua propriedade. No entanto, caso se negue a pagar a indenização, deverá permitir, então, a remoção da parte acrescida ao seu sítio.

69. Em se tratando dos direitos da personalidade, segundo disposições do Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) É expressamente vedada a disposição do próprio corpo, ainda que esta seja para depois da morte.
- b) Em se tratando da proteção aos direitos da personalidade do falecido, são partes legítimas para requerer as medidas protetivas o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta ou colateral até quarto grau.
- c) O pseudônimo, por não corresponder a um nome real, não goza de proteção legal.
- d) O médico, por ser autoridade em assuntos de saúde, pode constranger o paciente a se submeter a qualquer tratamento médico, inclusive quando houver risco de vida.
- e) O nascituro, por não possuir capacidade, não goza da proteção aos direitos da personalidade.

70. Clarissa e Otávio sempre sonharam em ter uma filha, cujo nome seria Valentina. Quando Clarissa engravidou, o casal combinou que finalmente realizariam tal sonho. No entanto, após o nascimento de sua filha, Otávio, a fim de homenagear sua mãe, registrou unilateralmente a filha do casal como Cecília Valentina. Diante de tais fatos e segundo o entendimento do STJ:

- a) Clarissa poderá excluir o prenome “Cecília”, pois conscientemente Otávio desrespeitou o consenso prévio acerca do nome da filha, violando os deveres de lealdade e de boa-fé, o que configura ato ilícito e exercício abusivo do poder familiar.
- b) Clarissa nada poderá fazer, pois a modificação do nome civil se admite apenas em situações excepcionais e previstas em lei.
- c) Clarissa nada poderá fazer. Apenas a filha do casal é que, ao atingir a maioridade, poderá decidir se manterá o nome atribuído unilateralmente pelo pai ou não.
- d) O nome da criança somente poderá ser alterado caso o casal vá conjuntamente ao registro e requeira tal modificação, uma vez que nomear a filha é típico ato de exercício do poder familiar, que pressupõe bilateralidade, salvo na falta ou impedimento de um dos pais.
- e) O nome da criança não poderá ser alterado em hipótese alguma, pois a lei civil além de ser rígida com relação ao tema, não considera como ato ilícito o registro unilateral se feito por um dos genitores, quando o outro estiver impossibilitado, como foi o caso de Clarissa, que não se encontrava em condições de registrar a filha logo após o parto.

DIREITO DO TRABALHO

Lucas Pessoa

71. No que diz respeito ao intervalo para repouso e alimentação, a grupo econômico e à proteção ao trabalho da mulher, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Se uma adolescente contratada por prazo determinado por intermédio de contrato de aprendizagem engravidar antes do término desse contrato, ela não terá direito à estabilidade de gestante.
- b) Um dos pressupostos da estabilidade da gestante é a anterioridade do fator biológico da gravidez à terminação do contrato. e (2) dispensa sem justa causa, ou seja, afastando a estabilidade das outras formas de terminação do contrato de trabalho.
- c) Um dos pressupostos da estabilidade da gestante é a dispensa sem justa causa, ou seja, fica afastada a estabilidade das outras formas de terminação do contrato de trabalho.
- d) O conceito de estabilidade da gestante diz respeito à impossibilidade de terminação do contrato de trabalho por ato imotivado do empregador, não afastando que o contrato termine por outras causas, nas quais há manifestação de vontade do empregado, como no caso do pedido de demissão ou nos contratos por prazo determinado e no contrato de trabalho temporário.
- e) A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.

72. Considerando-se o entendimento dos tribunais superiores acerca das atividades insalubres ou perigosas, é correto afirmar que

- a) os tripulantes de uma aeronave que permanecerem a bordo enquanto ocorre o abastecimento devem receber o adicional de periculosidade em razão do risco a que estão expostos.
- b) caso a perícia ateste a atividade como insalubre, este fato é suficiente para que o empregado possua o direito de receber o respectivo adicional.
- c) o trabalho exercido em condições perigosas, mas de forma intermitente, não gera ao empregado o direito ao recebimento do adicional de periculosidade, uma vez que o risco nesse caso é reduzido.
- d) em uma demanda judicial para a concessão e pagamento de adicional de insalubridade, caso seja constatado pela perícia agente nocivo diverso do apontado na inicial, o pedido deverá ser julgado improcedente.
- e) no caso de a empresa ter efetuado, de forma espontânea, o pagamento do adicional de periculosidade, não é necessária a realização de perícia tendo em vista que o fato se tornou incontroverso.

73. No tocante ao exercício do direito de greve:

- I. O ato de dispensa sem justa causa do empregado no decurso de greve, mesmo sem ter aderido ao movimento paredista, configura conduta abusiva e antissindical.
- II. No caso da greve, a lei é taxativa ao determinar a suspensão do contrato durante o movimento paredista.
- III. A jurisprudência somente considera ilegal o desconto dos dias de paralisação nas hipóteses de paralisação motivada em face do descumprimento de instrumento normativo coletivo vigente, não pagamento dos próprios salários e más condições de trabalho.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I e II, apenas

74. No que se refere a férias, assinale a opção CORRETA:

- a) O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono de férias serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.
- b) O empregado receberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida durante o período aquisitivo.
- c) O período de férias não é computado como tempo de serviço.
- d) É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, quando, ainda que gozadas na época própria, tenha ocorrido atraso ínfimo no pagamento das férias, sem trazer prejuízo ao trabalhador.
- e) O empregado poderá exigir do empregador que as férias sejam concedidas no período que melhor atenda aos seus interesses.

75. Tício é empregado da empresa X Ltda e exerce seu labor no horário noturno. Todavia, todas as sextas feiras e aos sábados Tício estendeu seu labor até as 07:00 horas. Neste caso, de acordo com o entendimento Sumulado do TST,

- a) não é devido o adicional noturno quanto às horas prorrogadas, uma vez que já efetuadas no horário diurno, ou seja, após 6h.
- b) não é devido o adicional noturno quanto às horas prorrogadas, uma vez que já efetuadas no horário diurno, ou seja, após 5h.
- c) é devido o adicional noturno quanto às horas prorrogadas, sendo que este adicional integrará o salário de Tício para todos os efeitos legais.
- d) é devido o adicional noturno apenas quanto a primeira hora prorrogada, sendo que este adicional integrará o salário de Tício para os efeitos legais, exceto férias.
- e) é devido o adicional noturno quanto às horas prorrogadas, sendo que este adicional integrará o salário de Tício para os efeitos legais, exceto férias e décimo terceiro salário.

76. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

- a) pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais.
- b) banco de horas anual.
- c) intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas.
- d) plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança.
- e) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

77. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) No processo trabalhista, não ocorre a prescrição intercorrente.
- b) As ações que tenham por objeto anotações na carteira de trabalho para fins de prova junto à previdência social não estão sujeitas a prazo prescricional.
- c) O art. 37, § 4º, da Lei nº 12.815/2013, que prevê que as ações relativas aos créditos decorrentes da relação de trabalho avulso prescrevem em 5 (cinco) anos até o limite de 2 (dois) anos após o cancelamento do registro ou do cadastro no órgão gestor de mão de obra, é incompatível com a Constituição Federal.
- d) As ações que tenham por objeto anotações na carteira de trabalho para fins de prova junto à previdência social estão sujeitas a prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- e) A Constituição diferencia o prazo prescricional para trabalhadores urbanos e rurais.

78. Nas causas sujeitas ao rito sumaríssimo, não será admitido recurso de revista na hipótese de

- a) Contrariedade à Súmula do TST.
- b) Contrariedade à Súmula vinculante do STF.
- c) Violação direta à CF.
- d) Contrariedade a Orientação Jurisprudencial do TST.
- e) nenhuma das anteriores.

79. O jus postulandi das partes, estabelecido no art. 791 da CLT:

- a) limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando apenas a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- b) limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando apenas a ação rescisória, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- c) limita-se às Varas do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, o mandado de segurança, e os recursos de competência dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.
- d) limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) limita-se às Varas do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança, e os recursos de competência dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.

80. Foi ajuizada uma reclamatória trabalhista pleiteando-se, além das verbas rescisórias, o pagamento de adicional de insalubridade em virtude das condições de trabalho do estabelecimento empregador. Assim, foi determinada pelo juízo a realização de perícia técnica, sendo facultado o acompanhamento da diligência por assistente técnico. No início do trabalho, o perito observou que o local onde eram prestados os serviços pelo reclamante estava desativado, o que tornou inviável a realização da perícia determinada.

Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento do TST a respeito do tema:

- a) o comparecimento do perito ao local da diligência gerará honorários periciais, os quais deverão ser suportados, na hipótese de o reclamante ser beneficiário da justiça gratuita, pelo estado no qual está sendo processada a reclamatória.
- b) apesar de a perícia ser prova facultativa, a demanda prosseguirá com relação aos demais pedidos, e o pleito de adicional de insalubridade será julgado improcedente por falta de condições de sua comprovação.

c) somente no caso em que o beneficiário da justiça gratuita não tenha obtido em juízo créditos capazes de suportar o pagamento dos honorários sucumbenciais, ainda que em outro processo, a União responderá pelo encargo.

d) os honorários do assistente técnico deverão ser arcados pela parte sucumbente na perícia.

e) embora a perícia seja obrigatória para a verificação da insalubridade, no caso de impossibilidade de sua realização por fechamento do local de trabalho, o magistrado poderá utilizar outros meios de prova.

81. Em relação aos atos processuais, prevê a CLT que:

- a) a penhora não poderá realizar-se em domingo ou dia feriado.
- b) sua realização ocorre nos dias úteis, das 6 (seis) às 22 (vinte e duas) horas.
- c) sua realização ocorre nos dias úteis, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.
- d) a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
- e) as audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão entre 6 (seis) e 20 (vinte) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

82. Assinale a alternativa INCORRETA:

Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica:

- a) a presunção relativa de validade dos recibos de quitação ou pedidos de demissão de seus empregados ainda que não homologados nem submetidos à assistência mencionada nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho
- b) o prazo em dôbro para todas as manifestações.
- c) o recurso ordinário "ex officio" das decisões que lhe sejam totalmente contrárias.
- d) o recurso ordinário "ex officio" das decisões que lhe sejam parcialmente contrárias.
- e) a dispensa de depósito para interposição de recurso.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

83. Acerca das diretrizes do saneamento básico (Lei nº 11.445/2007), assinale a alternativa correta:

- a) Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados, observando-se o intervalo mínimo de 36 (trinta e seis) meses.
- b) Considera-se núcleo urbano informal consolidado aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município ou pelo Distrito Federal.
- c) Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, independente de prévia manifestação do regulador.
- d) Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, os titulares não poderão adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou da prestação, ante a especificidade de cada localidade.
- e) Nos serviços públicos de saneamento básico, em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas não necessita ser regulada por contrato.

84. Acerca da Política Nacional de Recursos Hídricos, assinale a alternativa correta:

- a) Os Planos de Recursos Hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País.
- b) O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, visa assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas e diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas temporárias.
- c) A outorga do direito de uso de recursos hídricos efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- d) A outorga de direito de uso de recursos hídricos não poderá ser suspensa, a não ser em caso de caso fortuito ou força maior.

e) A água é um recurso natural ilimitado, dotado de valor econômico.

85. Um bioma pode ser conceituado como sendo “*um conjunto de vida vegetal e animal, constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e que podem ser identificados a nível regional, com condições de geologia e clima semelhantes e que, historicamente, sofreram os mesmos processos de formação da paisagem, resultando em uma diversidade de flora e fauna própria*” (IBGE). Qual dos biomas abaixo não foi contemplado, pelo Constituinte, como “**patrimônio nacional**”.

- a) Floresta Amazônica brasileira.
- b) Cerrado.
- c) Serra do Mar.
- d) Zona Costeira.
- e) Pantanal Mato-Grossense.

86. Não possui legitimidade para requerer o cancelamento ou a impugnação, em nome próprio, do registro de agrotóxicos e afins, argüindo prejuízos ao meio ambiente, à saúde humana e dos animais:

- a) Entidades de classe, representativas de profissões ligadas ao setor.
- b) Partidos políticos, com representação no Congresso Nacional.
- c) Entidades legalmente constituídas para defesa dos interesses difusos relacionados à proteção do consumidor.
- d) Entidades legalmente constituídas para defesa dos interesses difusos relacionados à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.
- e) Chefe do Poder Executivo.

87. Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, é correto afirmar:

- a) Plano de manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.
- b) Proteção integral é a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido o uso direto ou indireto dos seus atributos naturais.
- c) O Refúgio de Vida Silvestre pertence ao grupo de uso sustentável.
- d) A Área de Relevante Interesse Ecológico é constituída apenas por terras públicas.
- e) A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por meio de lei.

88. Marcos locou, da empresa Tratores S. A. (locadora), um trator, que foi usado na prática de uma infração ambiental. O órgão ambiental competente, ao lavrar o auto de infração, acabou por apreender o trator utilizado na prática da referida infração ambiental. Quanto a esta hipótese, assinale a alternativa correta:

- a) Cumpre a Marcos comprovar a boa-fé da locadora, demonstrando que, pelas circunstâncias da prática envolvida e apesar de ter tomado as precauções necessárias, não tinha condições de prever a utilização do bem no ilícito ambiental.
- b) Não é exigido daquele que realiza a atividade de locação de veículos adotar garantias para a prevenção e o resarcimento dos danos causados pelo locatário.
- c) A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, ou seja, independe da comprovação de culpa ou dolo.
- d) Após a medida de apreensão do trator, a autoridade administrativa oportunizará o direito de ampla defesa ao proprietário do bem antes de decidir sobre sua destinação.

e) O órgão ambiental, para manter a apreensão do trator, deverá comprovar que ele era utilizado específica, exclusiva e rotineiramente na prática do delito ambiental, conforme entendimento predominante do STJ.

89. João foi surpreendido pela fiscalização ambiental transportando 25 metros cúbicos de madeira, quando tinha autorização para transportar apenas 12 metros cúbicos. Em decorrência do fato, foi lavrado o respectivo auto de infração, e toda a madeira foi apreendida. Neste caso hipotético, assinale a alternativa correta:

- a) A apreensão de toda a madeira, pela autoridade fiscalizatória, é medida legal, haja vista que, segundo o STJ, o transporte em quantidade excessiva de madeira, não acobertada pela respectiva guia de autorização, legitima a apreensão de toda a mercadoria.
 - b) A apreensão de toda a madeira, pela autoridade fiscalizatória, é medida ilegal, haja vista que a apreensão deveria se restringir apenas ao excesso de madeira transportado.
 - c) A apreensão de toda a madeira, pela autoridade fiscalizatória, é medida legal, haja vista que, segundo o STJ, a responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva, ou seja, independe de culpa ou dolo.
 - d) A apreensão da madeira só poderia ser determinada pelo Poder Judiciário, motivo pelo qual o auto de infração administrativa e a correspondente apreensão se apresentam como ilegais.
 - e) A apreensão de toda a madeira, pela autoridade fiscalizatória, é medida ilegal, haja vista que não há previsão dessa medida restritiva no ordenamento jurídico.
- 90.** Dentre os instrumentos da Política Urbana, elencados no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), não encontramos:
- a) Plano diretor.
 - b) Zoneamento ambiental.
 - c) Desapropriação.
 - d) Tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano.
 - e) Assistência técnica e jurídica a baixo custo para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos.

DIREITO FINACEIRO

Vanessa Arns

91. Considerando-se a lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, analise a alternativa incorreta.

a) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

b) Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Despesas de Pessoal"

c) A renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

d) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

e) Para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

92. Com base na Lei nº 4.320/1964, assinale a afirmativa incorreta.

a) É dispensável a emissão da nota de empenho, mas não o empenho propriamente dito.

b) A liquidação da despesa terá por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, inclusive a nota de empenho.

c) Aplica-se o empenho global para a despesa cujo montante não se possa determinar.

d) Reverte à dotação a importância de despesa anulada no exercício; quando a anulação ocorrer após o encerramento deste, considerar-se-á receita do ano em que se efetivar.

e) A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

93. Considerando as normas constitucionais e legais orçamentárias, assinale a afirmativa correta.

a) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

b) O projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

c) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

d) No caso do não atingimento da meta de resultado primário, todas despesas orçamentárias podem ser contingenciadas, como as destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

e) A lei orçamentária anual não poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

94. Considere que o chefe do Poder Executivo de um Estado brasileiro, procurando ampliar o direito fundamental à informação, inseriu, no projeto de lei orçamentária anual, comando que disciplinava o acesso, por qualquer do povo, às informações de natureza administrativa, financeira e orçamentária. A inserção do referido comando no projeto de lei orçamentária anual é:

- a) compatível com a ordem constitucional, em razão da pertinência temática;
- b) incompatível com a ordem constitucional, pois a iniciativa legislativa é exclusiva do Poder Legislativo;
- c) compatível com a ordem constitucional, desde que haja autorização na lei de diretrizes orçamentárias;
- d) incompatível com a ordem constitucional, pois não versa sobre a previsão da receita e a fixação da despesa;
- e) compatível com a ordem constitucional, desde que o projeto seja aprovado por maioria absoluta no Poder Legislativo.

95. A Lei Complementar 101/2000, em seu artigo 4º, afirma que a Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá o disposto, no § 2º do art. 165 da Constituição e disporá também sobre normas:

- a) sobre reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida.
- b) relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- c) Que consignam na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- d) de atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- e) relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

96. A duplicata escritural:

- a) não carece de protesto para o ajuizamento de ação executiva;
- b) pode ser cobrada, exclusivamente, por ação monitória.
- c) não permite aceite ordinário.
- d) se vale do aceite presumido e protesto para a cobrança judicial para a execução.
- e) não permite protesto.

97. Em relação aos contratos empresariais seguintes,

- a) no contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor fiduciário tem o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa alienada, ficando o devedor fiduciante como depositário e possuidor direto do bem, que nada impede já pertencesse ao devedor por ocasião da celebração do contrato.
- b) verificada a mora no contrato de alienação fiduciária em garantia de bens móveis, haverá a pronta exigibilidade das prestações vincendas, cabendo ao credor fiduciário requerer em juízo a reintegração da posse do bem objeto do contrato.
- c) a exploração da atividade de faturização de créditos é exclusiva das instituições financeiras, pois necessita de autorização do Banco Central.
- d) os contratos de leasing são restritos a bens móveis, por se tratar de um híbrido de locação e compra e venda pelo valor residual.
- e) o desconto bancário implica a transferência de crédito do descontário ao banco e este lhe paga o valor correspondente, deduzidos os juros e encargos, sem possibilidade de endosso em nenhuma hipótese, pelo caráter personalíssimo da operação.

98. Em relação à sociedade limitada,

- a) a responsabilidade de cada sócio é adstrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem a título subsidiário pela integralização do capital social.
- b) os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.
- c) o contrato social poderá prever a regência supletiva de sua administração pelas normas das sociedades cooperativas.
- d) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.
- e) uma vez integralizado o capital, este não pode ser reduzido, mas somente majorado, por decisão da maioria simples dos sócios.

99. Sobre a falência, é possível dizer que:

- a) A decretação da falência implica a suspensão de todas as ações propostas contra o devedor, inclusive as que demandarem quantia ilíquida.
- b) Contra o ato judicial que decreta a falência cabe apelação, que possui efeitos devolutivo e suspensivo.
- c) A falência do locador não resolve o contrato de locação; falindo o locatário, o administrador judicial poderá denunciar o contrato a qualquer tempo.
- d) A inabilitação imposta ao empresário falido tem caráter perpétuo.
- e) Nenhuma das alternativas.

100. Assinale a alternativa que não prospera:

- a) No decorrer do contrato, o devedor fiduciante pode usar do bem conforme sua destinação, porém deixa de ser titular do domínio.
 - b) A propriedade fiduciária tem por objeto coisa fungível.
 - c) O credor fiduciário adquire o direito de propriedade resolúvel e a posse indireta do bem.
 - d) Reconhecida a nulidade do contrato de mútuo destinado à aquisição de bem, extingue-se a alienação fiduciária.
 - e) Nenhuma das alternativas.
-

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Regular-de-Procuradorias-06-11-2021>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
